

A Precarização do Trabalho e a Questão da Governança Pós Revolução da Informação

The Precariousness of Work and the Issue of Governance after the Information Revolution

**La Precariedad del Trabajo y la Cuestión de la Gobernanza Después de la Revolución de la
Información**

Maria Emília Melo da Costa¹

Professora Adjunta: Universidade Federal do Amazonas – UFAM/AM
emilia.melo.em@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/0565721676199165>
<https://orcid.org/0000-0001-9924-0466>

Danilo da Costa Silveira¹

Discente do Curso de Administração: Universidade Federal do Amazonas – UFAM/AM
danilosilveira92@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/9770910899086151>
<https://orcid.org/0000-0001-5387-9811>

Elinaldo Ferreira da Costa¹

Mestrando em Educação: Universidade Federal do Amazonas – UFAM/AM
ferreiraelinaldo1@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/0066608699582010>
<https://orcid.org/0000-0003-0687-4940>

Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Brasil¹

Resumo

Este estudo discute a questão da sociedade da informação, suas aplicações teóricas no campo da administração, seus desdobramentos para o mundo do trabalho e o acesso à informação dentro de uma concepção de governança. A partir do método dialético, afirmamos que os benefícios apontados pelas premissas desta sociedade refletem negativamente no trabalho, atuando como um elemento de precarização e desvirtuação social do trabalho. Afirmamos que as concepções ideológicas da Revolução da Informação, precarizam o trabalho e responsabilizam o trabalhador, transferindo das organizações o espaço de trabalho, controlando as diferentes fases do trabalho e responsabilizando o trabalhador por seu sucesso ou fracasso.

Palavras-chave: Trabalho. Governança. Revolução da Informação.

The Precariousness of Work and the Issue of Governance after the Information Revolution

Abstract

This study discusses the issue of the information society, its theoretical applications in the field of administration, its ramifications for the world of work and access to information within a concept of governance. Based on the dialectic method, we affirm that the benefits pointed out by the premises of this society reflect negatively on labor, acting as an element of precariousness and social distortion of labor. We affirm that the ideological conceptions of the Information Revolution, precarious the work and make the worker responsible, transferring the work space from the organizations, controlling the different phases of work and making the worker responsible for his success or failure.

Keywords: Job. Governance. Information Revolution.

La Precariedad del Trabajo y la Cuestión de la Gobernanza Después de la Revolución de la Información

Resumen

Este estudio discute el tema de la sociedad de la información, sus aplicaciones teóricas en el campo de la administración, sus desarrollos en el mundo del trabajo y el acceso a la información dentro de una concepción de la gobernanza. Desde el método dialéctico, afirmamos que los beneficios señalados por las premisas de esta sociedad se reflejan negativamente en el trabajo, actuando como un elemento de precariedad y distorsión social del trabajo. Afirmamos que las concepciones ideológicas de la Revolución de la Información precarizan el trabajo y hacen al trabajador responsable, transfiriendo el espacio de trabajo de las organizaciones, controlando las diferentes fases del trabajo y haciendo al trabajador responsable de su éxito o fracaso.

Palabras clave: Yo trabajo. Gobernanza. Revolución de la información

1 INTRODUÇÃO

A questão da precarização do trabalho é um fenômeno atenuado pela chamada Revolução da Informação, que a literatura vem colocando como uma das mais importantes revoluções que a humanidade já preconizou.

Neste estudo, ancorado no polo dialético nos debruçamos sobre a literatura, de modo a discutir como esse processo se constitui no seio da atual sociedade e seus modos de produção. Por meio de um estudo bibliográfico, afirmamos que o fazer, sofre forte precarização pós Revolução Industrial, responsabilizando o trabalhador pelos mais diversos elementos constituintes do trabalho. Ainda que não tenhamos o Estado como uma categoria central de análise nesse estudo, abordamos a Governança para demonstrar as questões dialéticas e as próprias contradições dessas relações.

As formas como as sociedades contemporâneas se organizam refletem mais que um padrão de vida ou de consumo, refletem em si uma estrutura organizada e direcionada a criar, gerar e manter exclusões em todas as suas formas. Esse sistema, perverso e opressor avança e amplia suas articulações e influências, nesse espectro o trabalho torna-se precarizado enquanto o acúmulo de capital explode e atinge patamares recordes, cabendo aqui refletir a desigualdade, pensar e refletir a sociedade onde o trabalho seja razão social potencializadora da superação das perversas formas de produção instaladas.

2 A REVOLUÇÃO DA INFORMAÇÃO

A Revolução da Informação (RI) trouxe para as sociedades contemporâneas uma complexa forma de ver o mundo, ou ainda, o mundo passou a ser visto de aspectos diferentes e as sociedades foram modificadas pelas concepções desta revolução, o enfoque desta revolução tem em sua base a sociedade civil. Marx (1987) apontam que a sociedade civil engloba um conjunto de relações materiais “dos indivíduos no interior de um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas”. A sociedade é material, que avança e se reformula, influenciando a divisão do trabalho e seus desdobramentos sociais.

Assumimos assim que, a RI é parte do sistema capitalista, atuando sobre o trabalho e sua atividade social objetivadora dos homens, buscando promover o trabalho educativo fabril (DUARTE, 2003). A globalização emerge como categoria fundante da RI, contudo “a maioria esmagadora das pessoas não vive, não compreende e menos ainda se beneficia da globalização, embora esteja de fato sofrendo suas consequências e seja direta ou indiretamente afetada por ela de modo efetivo e profundo” (Quéau, 1998). Logo, a globalização é uma ideia que não gera benefícios no sentido global como culturalmente se acredita, mas que de certa forma afeta a vida de populações que em muitos casos pouco tem acesso aos feitos benéficos da tecnologia da informação, seu desdobramento é percebido nas relações de trabalho e na sua precarização.

Para Drucker (2000), a RI é um fenômeno crescente e que ao longo do tempo representará um imenso impacto na forma como a humanidade processa e desenvolve as informações e as suas formas de produções, assim como as grandes revoluções em que a humanidade realizou, representará um avanço significativo nas estruturas sociais.

Saviani (1996) afirma que a burguesia revolucionária se consolida no poder e torna-se defensora da ordem estabelecida, o conflito deflagrado nesta tomada de posição reverbera em todos os níveis sociais, estando o trabalho objeto central dessa disputa.

A categoria central deste embate se assenta na questão da Teoria do Capital Humano (TCH), que para Blaug (1985) foi anunciada em 1960 na obra de Theodore Schultz. Este economista buscou “estabelecer a substância do capital humano e as condições da sua formação, sustentando residir nessa forma de entender a capacitação das pessoas a resolução de muitos paradoxos” (Saul, 2004). O objeto central da TCH era encontrar soluções para os conflitos a respeito da dinâmica de crescimento econômico dos Estados Unidos.

Ao analisarmos a TCH, há um paralelo muito claro com a RI, o enfoque é o trabalho educativo fabril, que Duarte (2003) pontua como uma produção direta e intencional, esse entendimento decorre da afirmação de que o posicionamento perante os elementos da cultura humana historicamente acumulada, é necessária para a descoberta das formas mais adequadas de produção.

[...] a Revolução da Informação evoluirá como as várias revoluções tecnológicas nos últimos 500 anos, como a revolução da imprensa de Gutenberg, em torno de 1455. Sobretudo, a premissa é que a Revolução da Informação será como foi a Revolução Industrial no final do século XVIII e início do século XIX. E é exatamente assim que tem sido a Revolução da Informação nestes seus primeiros 50 anos (Drucker, 2000).

A RI é um processo dinâmico, progressivo e que uma vez experimentada a tecnologia não há como regredir. Um exemplo disso é o uso explosivo da internet e seus elementos de interação entre as pessoas, do sistema bancário ao sistema de gestão da saúde, hoje estamos conectados como “rede global”, para Andrade & Macedo (2012), o desenvolvimento não se restringe a simples dinamização da matriz econômica, mas sim em um processo endógeno que implica em uma mudança estrutural coordenada de forma holística à capacidade de inovação em nível territorial. Neste sentido o trabalho educativo fabril é, portanto, intencionalmente dirigido por fins, com posições claras e ideológicas.

Drucker (2000) afirma que todos esses impactos devem ser crescentes nas sociedades e na forma de fazer a política, e que esse desdobramento poderá ainda ser maior na forma como vemos o mundo e percebemos nosso papel dentro do universo. Ao analisar a RI de modo positivo o autor desconsidera o intenso acúmulo do capital nas economias de alta renda e o aprofundamento da pobreza estrutural nos países menos desenvolvidos, agravados com a massificação do consumo nas perspectivas econômicas da RI.

A concentração destes capitais nestes países, associam-se ao surgimento de novos mercados e tecnologias e o desenvolvimento desigual, estrutural e elitizado, criando uma nova matriz econômica global. Para Connell (2007), “a pobreza que resulta da disparidade nas economias de alta renda” é estrutural, se propaga a ideia de uma ‘cultura da pobreza’, responsabilizando o trabalhador pelo seu fracasso e transferindo das instituições para as famílias as obrigações com educação, segurança, saúde e o trabalho.

Adentramos aqui a questão da precarização do trabalho como um desdobramento da era da informação, que tem na internet, uma ferramenta bastante popular e que rapidamente se espalhou pelas sociedades, construindo “elos culturais e de consumo”. Como para a internet não há barreiras

físicas, ou uma porta de entrada, ou ainda um passaporte, esta ferramenta é um instrumento com um potencial gigantesco, ainda sujeita as legislações nacionais de cada país, mas que, acredita-se, em um curto espaço de tempo, possa ter seus próprios regulamentos.

Costa (2007) aponta que os interesses cumulativos e reprodutivos das classes dominantes sob o capitalismo, inaugura uma nova era, empresas e seus potenciais empregados, governantes, elites e massas estariam sujeitos e alinhados as dinâmicas capitais. A autora afirma que nesse modelo de sociedade, demanda-se um trabalhador com “maior capacidade de iniciativa, mais integrado e apto a trabalhar em grupo”. A tendência é uma educação fabril básica, geral, abrangente e abstrata.

Neste modelo de sociedade, confunde-se trabalhador e consumidor, não há mais uma lógica social no trabalho, tendência genérica à desqualificação progressiva, requalificação média da força de trabalho e a polarização das qualificações. O Estado exerce poder de controle a serviço dos interesses capitais, assumindo posições, como aponta Marx (1987), o comitê da burguesia.

Os limites, para o mercado do consumo, intensificado pela RI, adentram questões complexas, emergem o debate das questões de direito à privacidade e o limite regulatório que as empresas podem acessar sobre seus usuários em rede, um exemplo disso é a Lei 12.965/14, conhecida como o Marco Civil da Internet, que na prática visa regulamentar, como dito anteriormente, o acesso ilimitado das empresas sobre as informações dos usuários em rede.

Andrade & Macedo (2012), afirmam que “o desenvolvimento não se restringe a simples dinamização da matriz econômica, mas sim em um processo endógeno que implica em uma mudança estrutural coordenada de forma holística à capacidade de inovação em nível territorial”. Logo para os grupos competitivos, a tecnologia da informação é um ponto nevrálgico para a incorporação tácita de inovações tecnológicas em novos produtos, serviços, formas de interação e que visem a mudança de cultura organizacional, aprimorando os processos, gerando produtos diferenciados e que apresentem perceptível inovação tecnológica que venham a gerar impactos positivos na cultura e processo organizacional.

Frigotto (1995), contrapõe essa ideia ao afirmar que a transnacionalização do capital e a hegemonia do capital financeiro, favorece unicamente a acumulação de riqueza nesses países de economias desenvolvidas, onde nesta concepção o mercado passa a ser entendido como uma espécie de “deus” regulador das relações sociais.

Essa acumulação de riqueza se intensifica com a revolução industrial e a mecanização dos processos de produção em massa, considerando que tal revolução não se limitou aos bens de consumo (Hobson, 1985). Mecanizou-se também o processo de produção de ferro e arame e isso possibilitou o surgimento, em meados de 1829, da ferrovia, uma inovação tecnológica que realmente teve um efeito gigantesco na economia, política, e na sociedade. O homem estava pronto para percorrer longas distancias entre o espaço-tempo e assim como a internet para os dias atuais, transpor barreiras, aproximar fronteiras e dinamizar a forma como o indivíduo se comunica e se integra ao meio social. Assim, pode elencar a ferrovia como o grande marco teórico-metodológico, fundamental para a Revolução Industrial bem como o computador é o elemento símbolo da Revolução da Informação (Quéau, 1998).

Todavia, para Drucker (2000), “quase nenhum dos efeitos da informação imaginados há quarenta anos chegou a acontecer. Por exemplo, não houve mudanças na maneira pela qual são tomadas as

decisões importantes nas empresas ou no governo”, contudo, é perceptível um processo de rotinização dos processos dos procedimentos em amplas áreas organizacionais, sociais, governamentais. Hoje as empresas estão cada vez mais amarradas as atividades de rotinas, seja na programação do *software* de faturamento, na contabilidade, no gerenciamento de suprimentos, nos lotes de produção, nas formas de acesso aos serviços, no entanto o mesmo autor destaca que tal elemento de rotina das atividades organizacionais possibilitou às empresas a economia de tempo e, muitas vezes, economia de custos. A única exceção para o autor é a criação do CD-ROM, que segundo o mesmo foi algo realmente inventado de um modo inteiramente novo e sua aplicação, assim como o barco a vapor, não foi adotado imediatamente. Esse processo de inovação é inerente a revolução da informação para as organizações.

Daft (2010, p.06 - 48) apresenta o caso da empresa Xerox como um exemplo em que a organização não percebeu a mudança tecnológica e não soube inovar frente às novas formas de comércio e tecnologias, sua cultura corporativa tornou-se obsoleta e intolerante a mudança e ao processo de inovação advindo da era da tecnologia. Daft (2010) afirma que “as organizações não são estáticas, elas estão em contínua adaptação às mudanças no ambiente externo”, o que levou a Xerox ao fracasso, pois mesmo empresas grandes e bem-sucedidas são vulneráveis existindo a necessidade de um processo constante de transformação e adaptação de suas maneiras de ver e compreender a sociedade e as necessidades de seus consumidores, as tecnologias surgem e as empresas que tiverem potencial de inovar podem perpetuar sua marca.

Assim como em outras revoluções experimentadas pela humanidade, algo realmente inesperado e de precedente e incrivelmente abrangente, surgiu advindo da internet e da Revolução da informação - o comércio eletrônico. Drucker afirma que “o comércio eletrônico é para a revolução da informação aquilo que a ferrovia foi para a Revolução Industrial”.

Na nova geografia mental criada pela ferrovia, a humanidade dominou a distância. Na geografia mental do comércio eletrônico, a distância foi eliminada. Só existe uma economia e um mercado. [...] toda empresa precisa se tornar competitiva em termos globais, mesmo que fabrique e venda somente para um mercado local ou regional (Drucker, 2000, p. 21).

O mesmo autor, prevê uma emergente classe econômica eletrônica e destaca possibilidades que hoje são bem reais e comuns nas organizações. O comércio eletrônico concorre amplamente com as empresas tradicionais, acredita-se que esse termo tradicional esteja em um declínio, obsoleto, pois a forma como as pessoas decidem o que comprar, de onde comprar, a hora de comprar, não é algo mais limitado ao comércio local ou regional. O consumo passou a ser global facilitado pela internet e a massificação dos costumes e hábitos de consumo advindos da globalização. Assim, Andrade e Macedo (2012), destacam o papel das organizações em promover constantes inovações, criar produtos e serviços que incorporem as demandas tecnológicas. Para que isso seja um processo endógeno, como os autores defendem, há a necessidade que a organização esteja sensível as demandas sociais e que desenvolva os processos gerenciais, bem como trabalhe sua capacidade de gerar inovação.

Todo processo de inovação e criação de novos produtos sempre precede o surgimento de uma grande revolução. Assim como a ferrovia é um dos destaques da Revolução Industrial, o computador simbolizou a revolução da informação, contudo há inúmeras outras inovações que se destacam na Revolução Industrial e que pouco tem a ver como o motor a vapor, o surgimento de

idades com saneamento, luz elétrica, sistema investimentos, correio, telégrafo. etc., bem como a revolução da imprensa de Gutenberg que mudou a economia europeia, acredita-se que entre essas revoluções há algo muito comum, o surgimento de uma nova sociedade (Drucker, 2000). Para a revolução da imprensa está o surgimento do protestantismo de Lutero, a Revolução Industrial viu surgir uma sociedade extremamente rica e uma sociedade de operários e a Revolução da Informação viu o surgimento de uma sociedade consumista eletrônica que, em suma, não resultou apenas da ferramenta da internet, mas também, por conseguinte globalização (Quéau, 1998).

Estamos na era dos sistemas de informação, onde o comércio eletrônico tem uma imensa gama de informações, coleta de dados, processamento, armazenamento, e isso possibilita as empresas analisar e disseminar dados e informações para um propósito específico. Para Turban & Volonino (2010, p.59) essa composição dos sistemas de informação geralmente contém os mesmos elementos: *hardware*, *software*, dados, procedimentos e pessoas, e esses sistemas são conectados por meio de redes eletrônicas, e podem conectar uma organização inteira ou até mesmo múltiplas organizações. Estamos falando de uma rede de consumo global, padronizada mecanicamente através de equipamentos, mas com linguagem e comportamentos específicos, voltados a traçar perfis e de certo modo conectar pessoas as organizações, produtos e serviços.

Portanto, segundo Turban & Volonino (2010, p. 190) “[...] os indivíduos e a sociedade como o comércio eletrônico. Esses benefícios aumentarão significativamente à medida que o Comércio Eletrônico se expandir”. Por esse viés, o computador pode ser entendido como o gatilho para a revolução da informação pois impulsionou o surgimento da internet como uma rede global e essa rede proporcionou o emergir de um comércio eletrônico cada vez mais crescente e significativo. Contudo, o trabalho enquanto razão social (Druck & Franco, 2007), perde seu caráter social e torna-se precarizado com o avançar das tecnologias e as formas ideológicas de trabalho advindas dos movimentos capitais.

3 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E A PERDA DA RAZÃO SOCIAL

A experiência da precarização do trabalho no Brasil decorre da síndrome objetiva da insegurança de classe (insegurança de emprego, de representação, de contrato etc.) que emerge numa textura histórica específica – a temporalidade neoliberal. Ela é elemento compositivo do novo metabolismo social que emerge a partir da constituição do Estado neoliberal. Possui como base objetiva, a intensificação (e a ampliação) da exploração (e a espoliação) da força de trabalho e o desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical-corporativa; além, é claro, da fragmentação social nas cidades, em virtude do crescimento exacerbado do desemprego total e à deriva pessoal no tocante a perspectivas de carreira.

Drucker (2000) afirma que as políticas adotadas pelas as empresas concentram esforços na expansão dos vários segmentos de negócios, proporcionam acesso a compras, vendas, com o mínimo de despesa de custos, permitem a formação de um nicho de mercado especializado, reduz o custo com telecomunicação, possibilita estoques mais baixos, reduz custos com canais de *marketing* e etc., para os consumidores tais benefícios se dariam no acesso a produtos mais baratos, de alta tecnologia, ampla gama de fornecedores, facilidade no acesso de qualquer lugar a qualquer hora as mercadorias, recuperação de informação, possibilita que as pessoas possam trabalhar e estudar em casa. Contudo, essa ideia apenas camufla o real objeto dessas ideias, ou seja, foco é o acúmulo de capitais e ampliação de mercados.

A ampliação de um precário mercado de trabalho (Alves, 2009) avança nas perspectivas neoliberais. O eixo central da sociedade da informação, defendida como a mais importante revolução contemporânea, elege bandeiras políticas simplificadoras como: o trabalho em casa que para essa perspectiva desafia o tráfego nas cidades, reduz o consumo de energia, diminui a poluição atmosférica, facilita o acesso a produtos e serviços em locais remotos, facilita a entrega de produtos e serviços, reduz o custo da distribuição de serviços públicos, fraudes. Eleva a qualidade dos serviços sociais, saúde, segurança, educação, se beneficiam do comércio eletrônico.

Em contrapartida, aliás, o elemento ideológico é, em si, uma mediação fundamental (e fundante) da “experiência percebida” da classe do trabalho, na medida em que contribui para instaurar o conteúdo ideacional dos novos métodos de gestão de matriz toyotista. Métodos baseados no envolvimento participativo de operários e empregados e, no plano da reprodução social, dos novos modos de sociabilidade, organizados a partir dos valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado. Na medida em que se dissemina sob a era neoliberal, a ideologia de mercado, com suas implicações na prática social (e coletiva), “precariza-se”, de certo modo, a “experiência percebida” (ou a consciência social) da classe do proletariado.

Na medida em que se rompem resistências sociais e políticas do trabalho organizado (politicamente, com a derrota da Frente Brasil Popular, em 1989; e socialmente, com a desagregação social da classe em virtude da recessão da economia sob o governo Collor), ampliam-se as bases objetivas (e subjetivas) da sua precarização, constituindo o que denominamos de síndrome da precarização do trabalho, complexo objetivo de determinações que dão origem, na década de 1990, às experiências vividas e às experiências percebidas da precarização do trabalho. Eis o sentido da globalização – a partir de 1990, o Brasil incorpora-se na dinâmica de um processo estrutural de precarização da classe do trabalho que marca a nova ordem sociometabólica do capital no plano mundial.

Na virada para a década de 1990, as reformas neoliberais implementadas a partir do governo Collor e o cenário macroeconômico (recessão ou baixo crescimento da economia num contexto de intensa reestruturação industrial, juros elevados e abertura comercial com a intensificação da concorrência intercapitalista), contribuíram para a constituição de um cenário de degradação do mercado de trabalho com alto índice de desemprego total nas regiões metropolitanas e deterioração dos contratos salariais devido à expansão da informalização e da terceirização nas grandes empresas, visando reduzir custos.

O metabolismo social da precarização do trabalho, constituído pelo processo objetivo de degradação salarial e pela pleora de experiências pessoais de desligamentos do salariedade regulado, é marcado não apenas pelo cenário interno de reformas capitalistas, mas também pelo cenário externo de intensa reação neoliberal de cariz político-ideológico (os acontecimentos históricos da Queda do Muro de Berlim em 1989, e o fim da URSS, em 1991, tornaram-se ícones midiáticos para a proclamação da vitória gloriosa da globalização capitalista). É nessa época que se articula a hegemonia neoliberal na América Latina, com o Brasil sendo elemento-chave do “Consenso de Washington”.

Logo, o papel do comércio eletrônico é realmente surpreendente e Drucker (2000, p. 23) destaca o efeito importante do comércio eletrônico sobre os canais de distribuição mudando os clientes, não apenas a forma de comprar, mas sobretudo o que comprar. Isso é real e ocorre em escala global,

assim como a Revolução Industrial trouxe a ferrovia e essa deu à humanidade a capacidade de dominar a distância e a Revolução da Imprensa de Gutenberg possibilitou o surgimento do protestantismo de Lutero, a revolução da informação traz o computador como ferramenta de mudança e inovação, mas que em si é apenas um gatilho para as inovações tecnológicas, a internet eliminou as barreiras, possibilitou o surgimento de um mercado consumidor eletrônico, e esse mercado é um dos grandes feitos da humanidade contemporânea. Turban & Volonino (2010, p. 190) destaca esse feito, como dito acima, como algo realmente benéfico às organizações.

Contudo devemos considerar, segundo Drucker, a sociedade contemporânea busca um elo que possa manter a mentalidade tradicional onde existem padrões, capital, trabalho e ao mesmo tempo lançar suas ações sobre a inovação tecnológica. Assim, sendo, as corporações e as sociedades devem construir redes que conectem além de interesse em negociar ou fazer negócios, mas que representem uma universalização do conhecimento e a facilitação do acesso as informações e que tais informações valorizando a individualidade e assim mantendo o respeito à privacidade e a liberdade do indivíduo. Deve-se ainda considerar que a cultura, valores e culturas de cada grupo social deve ser considerado e respeitado na sua particularidade e que esse somatório de valores, crenças, comportamentos, etc., podem de fato contribuir para uma universalização da sociedade em rede da revolução da informação.

4 A QUESTÃO DA GOVERNABILIDADE

A origem da vertente da qual deriva a administração pública gerencial brasileira está ligada ao intenso debate sobre a crise de governabilidade e credibilidade do Estado na América Latina durante as décadas de 1980 e 1990. Esse debate se situa no contexto do movimento internacional de reforma do aparelho do Estado, que teve início na Europa e nos Estados Unidos. Para uma melhor compreensão desse movimento, é preciso levar em consideração que ele está relacionado com o gerencialismo, ideário que floresceu durante os governos de Margareth Thatcher e de Ronald Reagan.

No caso do Reino Unido, tratava-se de responder ao avanço de outros países no mercado internacional. No referido período, a cúpula do governo inglês procurou aumentar os níveis de produtividade e realização no campo da economia, da política, do governo, das artes e das ciências (Heelas, 1991). A ex-ministra e participantes de seu governo estiveram por anos engajados nos *think tanks* neoconservadores, nos quais realizaram vários estudos no campo da cultura empreendedorista. Resgataram-se assim os valores vitorianos, como o esforço e o trabalho duro, cultivando-se também a motivação, a ambição criativa, a inovação, a excelência, a independência, a flexibilidade e a responsabilidade pessoal (Morris, 1991).

Paralelamente, nos Estados Unidos se desenvolvia o culto à excelência (Du Gay, 1991), que captou a essência do *american dream*, uma vez que alimentou o ufanismo da era Reagan ao fixar no imaginário social fantasias de oportunidade de progresso e crescimento baseados na iniciativa individual. Nesse país, o ideário gerencialista se consolidou como referência no campo da gestão pública uma década mais tarde, com o livro de Osborne e Gaebler intitulado Reinventando o governo, de 1992.

Em ambos os países, o movimento gerencialista no setor público é baseado na cultura do empreendedorismo, que é um reflexo do capitalismo flexível e se consolidou nas últimas décadas

por meio da criação de um código de valores e condutas que orienta a organização das atividades de forma a garantir controle, eficiência e competitividade máximos (Harvey, 1992). É importante notar que, apesar de ter se desenvolvido no contexto cultural da Inglaterra e dos Estados Unidos, o gerencialismo, bem como seu modelo de reforma do Estado e de gestão administrativa, se espalhou pela Europa e América Latina.

Como há uma estreita conexão entre os valores e ações de cunho gerencialista e as prerrogativas pós-fordistas da reestruturação produtiva da economia mundializada (Bagguley, 1991), o gerencialismo passou a representar as necessidades das mais diversas empresas e governos, transcendendo, portanto, as matrizes histórico-culturais locais. No Brasil, esse movimento ganhou força nos anos 1990 com o debate da reforma gerencial do Estado e o desenvolvimento da administração pública gerencial. A crise do nacional-desenvolvimentismo e as críticas ao patrimonialismo e autoritarismo do Estado brasileiro estimularam a emergência de um consenso político de caráter liberal que, segundo nossa análise, se baseou na articulação das seguintes estratégias: a estratégia de desenvolvimento dependente e associado; as estratégias neoliberais de estabilização econômica; e as estratégias administrativas dominantes no cenário das reformas orientadas para o mercado. Essa articulação sustentou a formação da aliança social-liberal, que levou o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) ao poder.

Nesse contexto, a administração pública gerencial, também conhecida como nova administração pública, emergiu como o modelo ideal para o gerenciamento do Estado reformado pela sua adequação ao diagnóstico da crise do Estado realizado pela aliança socialliberal e por seu alinhamento em relação às recomendações do Consenso de Washington para os países latino-americanos. Assim, ao ser indicado para dirigir o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), o ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira manifestou seu interesse pelas experiências gerencialistas realizadas em outros países, viajando para o Reino Unido a fim de estudá-las e formular uma proposta de adaptação desse modelo ao contexto nacional (Bresser-Pereira, 1996a, 1997b, 1998c, 1998d).

Segundo Bresser-Pereira (1998), além de se reorganizar o aparelho do Estado e fortalecer seu núcleo estratégico, a reforma também deveria transformar o modelo de administração pública vigente. As duas outras dimensões do processo de reforma – a cultural e a gestão – se direcionavam para essa questão e auxiliaram na implementação da administração pública gerencial. No que se refere à dimensão cultural, Bresser-Pereira apontou a necessidade de transformar a cultura burocrática do Estado em uma cultura gerencial. Já a dimensão gestão deveria ser explorada pelos administradores públicos, que colocariam em prática idéias e ferramentas de gestão utilizadas no setor privado, “criticamente” adaptadas ao setor público, tais como os programas de qualidade e a reengenharia organizacional.

De certa forma, a nova tecnologia de informação permitirá o surgimento de novas formas de organização, estruturada e hierarquizada. As hierarquias reduzem o número de interfaces pela limitação de seu número em cada nível; mas agora milhares de pessoas podem comunicar-se rapidamente por um computador.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, refletir e pensar as dinâmicas sociais do trabalho e como a chamada Revolução da informação, ainda que tenha popularizado principalmente os meios de comunicação, produção e encurtado as fronteiras espaciais, não representou ganho para a maioria das pessoas que mais são exploradas pelo atual modo de produção. O trabalho, objetificado, tornou-se intensamente precarizado. Essa prática responsabiliza o trabalhador pela estrutura do trabalho, nesse processo a sistemática razão social do trabalho, minada e amealhada se desdobra em uma sociedade cada vez mais hierarquizada.

O Estado, assume seu viés ideológico produtivista dentro de uma concepção de exploração acentuada, a luta por novos mercados dita os rumos das políticas sociais e o estado, desempenha o papel de “capaz” do modo de produção e do interesse do capital. Nesse cenário as lutas de classe ganham contextos dramáticos, o intuito nevrálgico desse modelo de produção assevera as desigualdades sociais, transforma casas de trabalhadores em extensão de escritório fabril, o trabalhador custeio a estrutura, é responsabilizado pelo seu sucesso ou fracasso e o capitalista expande seus lucros, reduzindo drasticamente seu investimento em imobilizado ao mesmo tempo em que duplica suas margens de lucros.

Consideramos assim, a necessidade de pesquisas aprofundadas que busquem trazer esse debate para a realidade amazônica e compreender como a escola pode contribuir ou não com esse processo, no sentido de buscar alternativas para uma mediação entre necessidades e demandas, considerando o trabalho como categoria central de análise.

REFERÊNCIAS

- Andrade, J. A. & Macêdo, C. W. (2012). Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento Regional. *Política Pública*. São Luís, v.16, p. 67-78.
- Frigotto, G. (1995). *Crise do Capital e Metamorfose conceitual no campo educacional*, (Org) Apple, M. W. et al. Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. Rio de Janeiro: Vozes.
- Alves, G. (2009). *Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: Precarização do trabalho e redundância salarial*. Kátalysis, p. 188-197.
- Bagguley, P. (1991). *Post-fordism and enterprise culture: flexibility, autonomy and changes in economic organization* (Org): Keat, R.; Abercrombie, N. Enterprise Culture. Routledge: London, 1991.
- Blaug, M. (2019). Onde estamos agora na economia da educação? 1 (4), 17-28, 1985. Recuperado em 30 de jul. de 2019, de <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0272775785900342>.
- República Federativa do Brasil. (2014). Lei n. 12.965. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Recuperado em 30 de julho de 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/12965.htm.
- Bresser-Pereira, L. C. (1996). Da administração pública burocrática à gerencial. *Revista do Serviço Público*, 1, (120).
- Bresser-Pereira, L. C. (1997). *Reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. Brasília: MARE, Cadernos MARE, n. 1.
- Bresser-Pereira, L. C. (1998). *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. Brasília: ENAP/ Editora 34.

- Bresser-Pereira, L. C. (1998b). *Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado*. (Org): Bresser-Pereira, L. C. & Spink, P. Reforma do Estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: FGV.
- Connell, R. (2007). *Teoria do Sul: A dinâmica global do conhecimento em ciências sociais*. São Paulo: Allen & Unwin.
- Costa, M. (1995). *A educação em tempos de conservadorismo*. Gentili, P. (Org.). Pedagogia da Exclusão. Petrópolis: Vozes.
- Du Gay, P. (1991). Enterprise culture and ideology of excellence. *New Formations*, 13, 45-61.
- Drucker, P. (2000). Além da Revolução da Informação. *HSM Management*, 4 (18), São Paulo. Recuperado em 24 de julho de 2019, de http://www.strategia.com.br/Arquivos/Al%E9m_da_revolu%E7%E3o_da_informa%E7%E3o.pdf.
- Druck, G; Franco, T. (2007). *A perda da razão social do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Drucker, P. (2002). *A administração na próxima sociedade*. São Paulo: Nobel.
- Daft, R. L. (2010). *Organizações: Teoria e Projetos* (2a Ed). São Paulo: Cengage Learning.
- Harvey, D. (1992). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- Heelas, P. (1991). *Reforming the self: enterprise and the characters of thatcherism*. Keat, R.; Abercrombie, N. (Orgs). *Enterprise Culture*. Routledge: London.
- Marx, K. (1987). *O capital: critica da economia política*, 1 (1-2), (2ª Ed). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Morris, P. (1991). *Freeing the spirit of enterprise: the genesis and development of the concept of enterprise culture*. Keat, R.; Abercrombie, N. (Orgs.). *Enterprise Culture*. Routledge: London.
- Duarte, N. (2003). *Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões: polêmicas do nosso tempo*. Campinas: Autores Associados.
- Quéau, P. (1998). A Revolução da Informação: em busca do bem comum. *Ciência da Informação*, 2 (27). Recuperado em 30 de julho de 2019, de <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ci/v27n2/queau.pdf>.
- Saul, R. P. et al. (2004). As raízes renegadas da teoria do capital humano. *Sociologias*, 12 (6). Recuperado em 30 de julho de 2019, de <http://ww.scielo.br/pdf/soc/n12/22262.pdf>.
- Saviani, D. (1996). *Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino*. São Paulo: Editores Associados.
- Turban, E. & Volonino, L. (2013). *Tecnologia da Informação para Gestão: Em Busca de um Melhor Desempenho Estratégico e Operacional*. São Paulo: Bookman.